

A teoria da autogestão social em Nildo Viana

Lucas Maia

do Instituto Federal de Goiás – Aparecida de Goiânia - Brasil

maiaslucas@gmail.com

Resumo: Discute-se neste texto a concepção de Autogestão Social tal como elaborada por Nildo Viana. Para tanto, realizou-se uma análise nos livros e artigos do autor que tocam diretamente nesta matéria. O estudo do material teve como objetivos: a) identificar o processo de engendramento da Autogestão Social por meio da autogestão das lutas proletárias; b) identificar como sua teoria da Autogestão está imbricada em sua teoria do capitalismo; c) analisar os processos que obstam o estabelecimento da Autogestão; d) criticar as apropriações ideológicas do termo Autogestão; e) apontar os elementos gerais estruturadores da sociedade autogerida.

Palavras-chave: Autogestão Social. Marxismo. Autogestionário. Nildo Viana.

Introdução

Objetivamos com este texto apresentar a teoria da autogestão social tal como desenvolvida por Nildo Viana. Viana é pesquisador no campo do marxismo, movimentos sociais, movimento operário, teoria da autogestão, processos revolucionários etc. há muitos anos (tendo inúmeras obras publicadas sobre tais questões). Não sendo, contudo, seu campo de atuação intelectual restrito a tais temas. Suas obras têm relevo no campo da militância anticapitalista hoje no Brasil, daí a importância de se pesquisá-la. Além do mais, há em sua biografia tentativas de compor articulações de coletivos, indivíduos, movimentos dentro de uma esfera de luta anticapitalista (anarquistas, autonomistas, situacionistas, independentes etc.). Sendo, ele próprio, além de pesquisador, um militante autogestionário. Do ponto de vista profissional, é professor da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás, atuando também no Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFG, na linha de pesquisa *Movimentos Sociais Rurais e Urbanos e a Sociedade Civil*.

Da análise de suas obras sobre autogestão social, procurou-se evidenciar como o autor compreende: a) o processo que engendra a autogestão social; b) como sua teoria da autogestão está imbricada em sua teoria do capitalismo; c) quais são os elementos que a obstam: capital, burocracia, ideologia etc.; d) se, uma vez vencida a revolução, quais são os princípios e fundamentos que estruturam a futura sociedade autogerida.

O marxismo Autogestionário

A palavra autogestão é a tradução literal do termo *samoupravlje*, que expressa o processo de cogestão que caracterizou o capitalismo de estado iugoslavo após o rompimento deste com a antiga URSS (ARVON, 1982). O termo é traduzido, na França, para *Autogestión*, no final da década de 1950 e foi utilizado por intelectuais, grupos de pesquisa, militantes em significados variados. É, contudo, com a emergência das lutas políticas da juventude e da classe operária francesa no final da década de 1960 que o termo ganha não só maior amplitude, bem como sentido mais preciso e maior radicalidade.

Os termos socialismo e comunismo estavam desgastados, pois imediatamente associados às sociedades ditas comunistas e socialistas. A palavra autogestão se apresenta, pois, como alternativa. Ao se criticar o capitalismo privado (francês ou qualquer outro), não se defendia, por tabela, as autoproclamadas repúblicas comunistas existentes. Contudo, como demonstramos em (MAIA, 2020) e discutiremos adiante, a palavra autogestão sofre apropriações ideológicas, passando a receber diferentes significados. Diante disto, convém ainda hoje utilizar tal expressão? Avaliamos que sim, pois os termos comunismo e socialismo estão indelevelmente ligados às experiências conhecidas como “socialismo real”¹. Além do mais, apesar das várias apropriações que o termo já sofreu, ainda é amplamente empregado pelos setores anticapitalistas no mundo inteiro, bem como ainda pode ter apelo junto à classe trabalhadora, pois é pouco conhecido nos setores menos intelectualizados e não-militantes. É, pois, necessário disputar o significado do termo autogestão.

Várias concepções na contemporaneidade fazem uso desta palavra, com significados próximos ao modo como a empregamos, mas nem sempre confluentes. Assim, anarquistas, autonomistas, com diferentes abordagens empregam o termo. Viana (2019) faz uma rápida apresentação de alguns setores que reivindicam a palavra autogestão como elemento estruturante de suas bandeiras de luta (ainda no contexto pré e pós Maio de 1968): a) a Revista *Autogestión*, que posteriormente irá se chamar *Autogestión et Socialisme*, cujos principais nomes são Cornelius Castoriadis, Claude Lefort e outros; b) A Internacional Situacionista com os trabalhos de Guy Debord, Raoul Vaineigen etc.; c) a tendência da Análise Institucional representada por René Lourau, George Lapassade e outros.; c) o grupo Inglês *Solidarity*, cuja maior expressão é Maurice

¹ Para uma discussão sobre o capitalismo de estado, cf.: Tragtemberg (1986; 2010), Foa (1972), Mattick (1975) entre outros.

Brinton; d) a Revolução Portuguesa permitiu a emergência do autonomismo português, cujo maior expoente é João Bernardo².

Contudo, é com o desenvolvimento do marxismo autogestionário³ que a ideia de autogestão ganha maior precisão e radicalidade. Alguns autores começam a empregar o termo para explicar fenômenos e processos políticos que estavam a olhos vistos pelo mundo, articulando isto dentro de uma teoria totalizante do capitalismo, recuperando a obra de Marx e de alguns de seus principais continuadores, como, por exemplo, Rosa Luxemburg, os comunistas de conselhos (Otto Rühle, Anton Pannekoek, Paul Mattick, Herman Gorter etc.), distinguindo a produção destes autores do bolchevismo e da social-democracia, retomando a discussão sobre conselhos operários, incorporando novos temas como o fenômeno burocrático, a crítica ao chamado “eurocomunismo” etc. significa o estabelecimento de um novo momento no desenvolvimento daquilo Viana (2018) vem chamando de “episteme marxista”, sendo sua atual fase o marxismo autogestionário.

Viana (2019) pontua como momentos e autores importantes no desenvolvimento do marxismo autogestionário a obra de Yvon Bourdet, Alain Guillerme (nas décadas de 1960, 1970, 1980), na França. No Brasil, a produção de Maurício Tragtemberg (nos de 1970, 1980, 1990). Ainda no Brasil, a própria produção de Nildo Viana (da década de 1990 até os dias atuais). Ele ainda pontua vários outros autores que desenvolvem, nos dias de hoje, um ou outro aspecto do marxismo, bem como analisam temas e processos sociais a partir desta perspectiva. Por fim, destaca o papel que a *Revista Marxismo e Autogestão*⁴ vem cumprindo nos últimos anos em divulgar várias teses e autores expoentes do marxismo autogestionário. Eu acrescentaria ainda nesta lista enunciada por ele, a *Revista Enfrentamento*⁵, que vem também divulgando e desenvolvendo esta tendência. Ainda, referindo-se ao Brasil, destacaria as atividades do *Movimento*

² Viana não os cita, mas poderíamos acrescentar: elementos do autonomismo italiano da década 1970, as várias experiências de luta contra o capitalismo estatal (na URSS, Hungria, Polônia etc.) e as correntes políticas e intelectuais daí derivadas. Ou seja, uma história da autogestão e de seus principais representantes intelectuais ainda tem de ser escrita, embora já existam bons trabalhos nesta direção, como, por exemplo: Arvon (1982), Guillerme & Bordet (1976), Viana (2020) etc.

³ Em obras recentes, sem esgotar o tema, Viana (2018; 2019) aponta o desenvolvimento da episteme marxista em três momentos: a) o *marxismo original*, ou seja, a obra de Marx e parte da de Engels significando a formação da episteme marxista. Esta fase vai até o momento da morte de Marx; b) o *comunismo de conselhos*, corrente política e teórica que se desenvolve a partir da década de 1920 e tem seus últimos representantes até início da década de 1980, mas sua produção teórica mais consistente vai até a década de 1960; c) *marxismo autogestionário*, que se inicia na década de 1960, sobretudo na França, e se estende até os dias de hoje, sendo atualmente Nildo Viana um de seus principais articuladores.

⁴ A *Revista Marxismo e Autogestão* Pode ser acessada no seguinte link: <https://redelp.net/revistas/index.php/rma>.

⁵ A *Revista Enfrentamento* pode ser acessada no seguinte link: <https://redelp.net/revistas/index.php/enf>.

*Autogestionário*⁶, que edita a *Revista Enfrentamento*, que se coloca como uma das organizações contemporâneas expressando esta perspectiva política e teórica.

O fato é que uma história do marxismo autogestionário também ainda está por ser escrita, abordando suas fases, suas diferenças nacionais, as principais teses, variações de concepção de um para outro autor etc. Eis mais um flanco de pesquisa aberto. Contudo, alguns elementos estruturantes são passíveis de verificação e permeiam toda a produção dentro desta perspectiva. O marxismo (tanto o original quanto o comunismo de conselhos), assim como o marxismo autogestionário (atualmente) defende que:

O projeto revolucionário expressa a radicalidade da episteme marxista e da luta proletária, unificadas no processo de criação do novo. A percepção da *radicalidade* e, no caso do capitalismo, do antagonismo de classe, é elemento fundamental para a luta cultural e se generaliza concretamente na revolução social. A percepção da *totalidade*, outra característica da episteme marxista, também fundamental na luta cultural, se generaliza na revolução proletária por ser uma revolução total, que transforma a totalidade das relações sociais e assim ela se torna acessível à consciência dos agentes desse processo. Perceber a totalidade e transformar a totalidade são elementos complementares e que une marxismo autogestionário (bem como o marxismo original e o comunismo de conselhos) e o movimento revolucionário do proletariado. Por fim, a *historicidade*, pois se a episteme marxista aponta para a percepção da transitoriedade do capitalismo e da ruptura radical e total que é a autogestão, o movimento operário revolucionário aponta para a sua realização prática, abolindo a sociedade capitalista e instaurando a sociedade autogerida. A percepção da historicidade é elemento fundamental para a luta contra a sociedade atual e, que, uma vez ocorrendo, realiza uma ruptura radical que é parte da historicidade. Perceber a historicidade e efetivar a transformação histórica são igualmente complementares (VIANA, 2019, p. 277/278).

Para encerrar esta seção, destaco só mais um elemento. A palavra autogestão é relativamente nova em relação às expressões socialismo e comunismo, que pelas razões apresentadas devem ser abandonadas. Outras expressões surgiram para designar a sociedade que sucede o capitalismo: “sistema de conselhos”, “associação”, “livre associação dos produtores”, “autogoverno dos produtores” etc. Contudo, foi o termo autogestão que ganhou maior significado e amplitude política. Desde os anos de 1960 é conceito que mobiliza a luta anticapitalista que é antiburocrática. Como atesta Viana (2013), o marxismo é autogestionário em essência⁷, sendo a expressão, na verdade, uma redundância, pois a obra de Marx, dos comunistas de conselhos, dos marxistas citados anteriormente é autogestionária. Contudo, tal redundância é hoje inevitável, tendo em vista os problemas de apropriação e uso dos termos que poderiam substituí-la.

⁶ Para mais informações sobre as teses do referido coletivo, pode-se acessar seu portal na internet: <https://movaut.com.br/>.

⁷ Isto também foi notado já no início dos anos de 1970 por Bourdet (1972).

Modo de produção capitalista, regimes de acumulação, luta de classes

Em 2008, Nildo Viana publica um livro bastante provocativo intitulado *Manifesto Autogestionário* (VIANA, 2008). Trata-se, como indica o título, uma atualização do *Manifesto Comunista* de Marx e Engels (1987) ao contexto atual. A síntese geral da teoria da autogestão social tal como articulada pelo autor está ali exposta, embora sinteticamente, pois trata-se de um *Manifesto*. Marx e Engels (1976) definiram o comunismo como sendo o movimento real que abole o atual estado de coisas, ou seja, o capitalismo. Uma teoria da revolução só pode, pois, partir de uma teoria do modo produção capitalista. Este é precisamente o ponto de partida de Nildo Viana. A teoria do capitalismo de Marx (exposta em *O Capital*, mas também em outras obras) é sem dúvida a mais desenvolvida e complexa no sentido de explicar a dinâmica do atual modo de produção. Não é à toa, pois, que o primeiro capítulo do *Manifesto Autogestionário* seja: “*Burguesia e proletariado: a dinâmica da luta entre trabalho morto e trabalho vivo*”.

A classe capitalista, proprietária dos meios de produção, exerce sobre a classe operária um processo de controle, exploração necessários à extração de mais-valor. A luta entre estas duas classes em torno do aumento ou diminuição da extração de mais-valor é a determinação fundamental da luta de classes na sociedade burguesa. Como Marx define em *O Capital*, o capital não é coisa (máquina, matéria-prima, dinheiro etc.). Estas coisas assumem a forma de capital sob o modo de produção capitalista. Portanto, para Marx, capital é relação social. É relação social de exploração⁸, por isto ele cunha o termo relação-capital (MARX, 1983).

É a partir desta relação entre a classe capitalista e a classe proletária, que devemos analisar a luta de classes estabelecida no processo de produção. A classe capitalista visa aumentar a extração de mais-valor e a classe proletária visa diminuí-la. Este é um conflito cotidiano, que ora ou outra explode em greves, manifestações e nos momentos críticos, em revoluções⁹.

Ou seja, é a partir da teoria do modo de produção capitalista tal como desenvolvida por Marx, que Viana elabora toda a sua teoria da autogestão social. Contudo, o trabalho de Viana não se restringe a recuperar e reproduzir a teoria de Marx. Ele vai além e busca: a) atualizar o que foi superado pelo desenvolvimento capitalista; b)

⁸ “O capital é assim o poder de domínio sobre o trabalho e sobre os seus produtos” (MARX, 1993, p. 120).

⁹ Não estamos aqui, em hipótese alguma, reduzindo o processo revolucionário à luta entre capitalistas e proletários no processo produtivo. As revoluções são processo amplos, que englobam toda a sociedade. Contudo, ela só pode chegar à sua maior radicalidade se a classe operária, a que está no processo produtivo, se colocar em luta. Sem isto, a abolição do capitalismo, via processo revolucionário, é impossível.

elabora uma teoria do desenvolvimento capitalista a partir da discussão sobre os regimes de acumulação (VIANA, 2009; 2015); c) desenvolve outros campos correlacionados como a questão da mercantilização das relações sociais (VIANA, 2016), recupera e desenvolve aspectos do materialismo histórico-dialético (VIANA, 2007; 2007b; 2015a) etc. Portanto, a teoria da autogestão social deste autor é parte de um projeto amplo de compreensão da realidade, mas sobretudo, da dinâmica que leva à sua transformação, sendo sua própria obra parte deste processo.

A classe capitalista, ao fortalecer e prevalecer seus interesses de classe leva, na mesma medida, à resistência e luta dos trabalhadores. Via de regra, estes não a querem, mas são jogados na luta pelas próprias relações conflituosas em que estão inseridos. A dinâmica espontânea, tendencial do capital de aumentar sua composição orgânica (MARX, 1984) diminuindo o investimento em capital variável (força de trabalho, salários) relativamente ao capital constante (maquinaria, matérias primas etc.), em que pese ocorra aumento absoluto do capital global (capital constante + capital variável) leva tendencialmente à queda da taxa de lucro (MARX, 1984a). Ou seja, o próprio desenvolvimento normal do capital gera dificuldades no processo de acumulação, pois a única parte do capital que gera mais-valor é o capital variável. Melhor dizendo, é somente a força de trabalho, o trabalho vivo que gera valor novo. Sua diminuição relativamente ao capital constante tende à queda da taxa de lucro médio. À medida que isto se processa, a classe capitalista visa diminuir tal tendência utilizando várias estratégias, sendo uma delas o aumento da exploração. Isto, também tendencialmente, leva à resistência e à luta dos trabalhadores, o que por sua vez aprofunda a própria crise.

A esta tendência à queda da taxa de lucro médio, contratendências (MARX, 1984a) se desenvolvem na mesma proporção, tais como: a ação estatal, o aumento sempre constante de novos mercados consumidores, aumento da exploração do trabalho, combinando extração de mais-valor absoluto e relativo etc. Estas contratendências conduzem à expansão em escala mundial o modo de produção capitalista, a intensificação da exploração do trabalho conduz a uma radicalização das lutas sociais etc. O que esta teoria do desenvolvimento capitalista visa demonstrar é o conjunto de dificuldades que o capital encontra em seu processo de reprodução. Seu desenvolvimento gera uma queda da taxa de lucro, as tentativas em conter tal queda expandem o capitalismo para o mundo inteiro e radicalizam as lutas sociais, posto que aumentam a exploração do trabalho.

Com base neste raciocínio, Viana (2009; 2015) descreve analiticamente o desenvolvimento capitalista a partir de determinadas fases as quais ele denomina regime de acumulação. Um regime de acumulação é caracterizado por uma determinada forma

assumida pelo *processo de valorização do capital* (exploração da força de trabalho, formas de extração de mais-valor); uma determinada *forma estatal*, visando regular de maneira adequada o processo de exploração da força de trabalho, bem como o conjunto das relações sociais daí derivadas; e uma determinada *forma de relações internacionais*, que articula o capitalismo em escala internacional. A cada fase do capitalismo, ou seja, em cada regime de acumulação, estes elementos se articulam de determinada maneira, garantindo uma luta de classes estabilizada, cristalizada, ou seja, que não atrapalhe a própria dinâmica da acumulação.

Contudo, como dissemos, a tendência espontânea da acumulação capitalista gera crises que nenhum capitalista individualmente pode conter, nem mesmo o estado consegue fazê-lo, mesmo sendo reivindicado para isto. Nestes momentos de dificuldades de acumulação, geralmente (mas não sempre), o movimento operário se apresenta como força a dificultar ainda mais a retomada da acumulação. De acordo com Viana (2009; 2015), a sociedade capitalista passou por quatro regimes de acumulação: extensivo; intensivo; conjugado e integral.

Não tenho a intenção de descrevê-los. Contudo para fundamentar nossa discussão sobre a luta proletária, irei somente situar a posição das lutas mais radicalizadas da classe operária como elas apareceram na sucessão dos regimes de acumulação. *Regime de acumulação extensivo* (da revolução industrial ao final do século XIX). Primeira fase do capitalismo como modo de produção dominante. Sua crise engendra as revoluções de 1848/49 e a Comuna de Paris de 1871. De sua bancarrota, emerge o *regime de acumulação intensivo* (de fins do século XIX até a segunda guerra mundial). As principais revoluções que se desenvolvem neste regime de acumulação são: revolução russa de 1917, alemã de 1918, italiana e húngara de 1919 etc.), sendo a Guerra Civil Espanhola (1936 a 1939) a última experiência de luta radicalizada do proletariado no período. *Regime de acumulação conjugado* (da segunda guerra mundial até 1980). As lutas que nele mais tiveram expressão foram: o maio de 1968 francês, a Revolução dos cravos em Portugal (1975), a onda de greves selvagens que varreu a Itália na primeira metade da década de 1970, o surgimento de alguns movimento sociais com tendências radicais, como a luta pelos direitos civis nos EUA, o movimento pacifista contra a guerra do Vietnã etc. No capitalismo de estado, pode-se verificar a Primavera de Praga na Hungria (1968), a Revolução Polonesa (1980) etc. Também no capitalismo subordinado, formas de luta muito semelhantes se desenvolvem. Por exemplo, os cordões industriais no Chile no início dos anos de 1970, as greves selvagens e as comissões de fábrica no Brasil de 1978 a 1982 etc.

E por último, o *Regime de acumulação integral* (da década de 1980 até os dias atuais). Suas contradições começam a gerar lutas mais ou menos radicalizadas já a partir da década de 1990: o movimento camponês-indígena em Chiapas, no México (1994, com auge em 1999, 2000, permanecendo até hoje), o movimento de desempregados na Argentina, conhecido como Movimento Piqueteiro (a partir de 1996, com auge em 2001, permanecendo fracamente até hoje), Movimento Antiglobalização (de 1999 até aproximadamente 2003, com auge em 2002). As décadas de 2000 e 2010 são recheadas de experiências desta natureza: Grécia (a partir de 2003), França (2005), Oaxaca, México (2007), Primavera Árabe (2010), um movimento de desempregados, trabalhadores precários de importância em Portugal, Espanha, Itália a partir da crise financeira de 2008, Brasil (2013), Coletes Amarelos, França (2018/2019), Revoltas no Chile e Equador em 2019 etc. A lista é imensa.

Este regime de acumulação vem apresentando certas dificuldades (que não é a mesma coisa de crise) há alguns anos. Isto pode ser evidenciado no chamado “crescimento econômico” (processo de acumulação) de pouca expressão em vários países (exceção à China, Alemanha etc.). A chegada da pandemia relacionada ao Coronavírus, que obrigou todos os países a diminuir ou proibirem a circulação de pessoas em grande escala, o que vem sendo chamado de “isolamento social”, está gerando problemas econômicos que não serão recuperados tão facilmente, o número de desempregados cresce em todo o mundo, a miserabilidade é um processo em alta, a crise de acumulação que redundava da política do “isolamento social” etc. demonstram que reconfigurações terão que ser feitas. Talvez estejamos às portas de uma crise do regime de acumulação integral.

A história nos dirá se se confirma esta hipótese ou não. Contudo, o que nos espereita no horizonte próximo? Retomada da acumulação aos níveis anteriores e reestabelecimento do regime de acumulação integral? Ditadura nos países de capitalismo subordinado? Fascismo nos países imperialistas? Capitalismo de guerra como estratégia para retomada da acumulação? Revoluções proletárias como resposta dos trabalhadores à crise anunciada do regime de acumulação integral?

Ou seja, a história não está pré-determinada. É um processo aberto e a teoria marxista do capitalismo o reconhece. As concepções que pré-determinam o rumo do desenvolvimento histórico são totalmente antimarxistas, desde as que advogam a inevitabilidade do comunismo (STALIN, 1985) ou todas as ideologias que advogam ser o capitalismo insuperável ou eterno (desde Smith, Ricardo, Hegel, Comte, Weber... até mais recentemente Fukuyama... e inúmeros outros, pois a lista é enorme). A história é

um processo em aberto, em disputa. Várias tendências borbulham no caldeirão das lutas sociais hoje existentes. A questão que se coloca é: qual tendência queremos reforçar? Marx, os comunistas de conselhos, o marxismo autogestionário tem um posicionamento a respeito. A tendência a se reforçar, de um ponto de vista humanista (do humanismo radical), não pode ser outra, que não a da revolução proletária, cujo conteúdo é a autogestão e seu resultado é a constituição de um novo modo de produção e de uma nova sociedade, a sociedade autogerida.

A autogestão das lutas proletárias como condição para a autogestão social

O projeto autogestionário, como se vê, não emerge de um mero desejo de melhora do mundo, embora este faça parte, pois é o campo axiomático (VIANA, 2018) do qual emerge o pensamento teórico do autor. A teoria do capitalismo, tal como elaborada por Marx, bem como a teoria dos regimes de acumulação, do modo como Viana compreende o desenvolvimento capitalista, constituem as bases reais das quais emerge sua teoria da autogestão social.

Marx percebe e analisa que o processo de transformação revolucionária da sociedade é resultado da luta proletária. A compreensão da historicidade do modo de produção capitalista, permite a Marx desenvolver toda uma discussão sobre a potencialidade revolucionária desta classe. Na sua polêmica contra Proudhon, Marx diferencia o proletariado como “classe em si” e “classe para si”. Esta distinção é importante, pois retira do marxismo o obreirismo que é comum a concepções próximas (como, por exemplo, o autonomismo, setores do anarquismo etc.). Apesar da terminologia hegeliana, Marx está a registrar aí um ponto central para a teoria da revolução social. O proletariado como classe em si é o que está determinado pelo capital, subordinado aos interesses do capital. O proletariado como classe para si é a classe operária se colocando na cena política como classe que defende seus próprios interesses de classe, seja a curto prazo (salários, condições de trabalho, direito de organização etc.), seja os seus interesses históricos (abolição do modo de produção capitalista, instauração do comunismo – chamaríamos hoje, autogestão social).

A apreciação de Viana a respeito merece uma citação, pois ele modifica a terminologia empregada por Marx, precisando ainda mais os conceitos:

Assim, é através da *luta de classes* que o proletariado se transforma em *classe autodeterminada*. Através da luta, o proletariado realiza o seu processo de *autoeducação* e *autoformação* e nesse processo se torna classe *autodeterminada*, pré-condição para sua *autoemancipação*. O que Marx coloca é justamente a importância fundamental da luta e da *auto-organização* e *autoeducação*

(autoformação, o que implica em consciência revolucionária) no *processo de passagem de classe determinada para classe autodeterminada*. Porém, aqui há um vínculo indissolúvel. O proletariado só pode se transformar em classe *autodeterminada* devido seu caráter de classe *determinada* e é em sua negação de sua determinação, através da luta, que se chega à sua autodeterminação, que é sua auto-organização e autoformação (VIANA, 2012, p. 178/179) (grifos meus).

Devido sua condição na sociedade capitalista, no processo de produção, o proletariado é constringido a lutar. Nesta luta, de classe determinada pelo capital (classe em si), o proletariado passa a classe autodeterminada (classe para si). Ao defender seus interesses de classe, necessita se organizar (auto-organização), o que lhe impõe também a necessidade de compreensão da realidade (formação e autoformação, ou seja, o que se chama comumente de “consciência de classe”). Assim, o desenvolvimento da luta impõe o desenvolvimento da organização de classe, que pressupõe e supõe o desenvolvimento da consciência de classe.

Em algumas obras, Viana (2012; 2016a) demonstra como Marx discute este processo. Realiza análise semelhante com os Comunistas de Conselhos, evidenciando como estes autores realizam um processo de atualização desta tese de Marx às condições da luta proletária do início do século XX (VIANA, 2011; 2012a; 2014a). Já aparece nestes autores a crítica à burocracia, aos partidos políticos, aos sindicatos, processos que na época de Marx ainda não se tinham desenvolvido claramente. Também a crítica às deformações do marxismo presentes no bolchevismo e social-democracia já estão desenvolvidas entre os conselhistas. Viana tem uma ampla produção de crítica ao bolchevismo e social-democracia (já criticados pelos conselhistas) e de sua própria lavra, ele acrescenta também o que denomina “marxismo acadêmico”. A todas estas deformações do marxismo, ele sistematiza o conceito de “pseudomarxismo”, que Korsch (1977), bem como o jovem Lukács (2005) já haviam identificado¹⁰.

A teoria da Autogestão de Nildo Viana é fundamentada numa ampla pesquisa das produções teóricas de Marx, dos comunistas de conselhos (Pannekoek, Rühle, Mattick, Korsch etc.), dos marxistas autogestionários (Bourdet, Guillerm, Tragtenberg etc.), de correntes políticas próximas como autonomismo, anarquismo, luxemburguismo, bordiguismo etc., bem como no estudo de diversas áreas do conhecimento (historiografia, sociologia, psicanálise, economia, teoria da arte etc.) o que lhe permite formular uma

¹⁰ Como por exemplo, o último capítulo de “Karl Marx: a crítica desapiedada do existente” (MARX, 2016a), vários artigos de “A consciência da história” (2007a), e artigos criticando Althusser, Gramsci, Lenin, Mao Tsé-Tung entre outros.

profunda teoria sobre a autogestão social¹¹. Além desta discussão teórica sobre o processo de passagem do proletariado de classe determinada a classe autodeterminada, realiza uma ampla reflexão sobre as inúmeras experiências históricas de revoluções da classe operária¹², percebendo como historicamente as experiências autogestionárias se desenvolveram, demonstrando que a teoria da revolução proletária expressa, na verdade, a luta revolucionária desta classe.

Voltando ao *Manifesto Autogestionário*, no segundo capítulo, aborda-se teoricamente a “*Autogestão das lutas operárias*”, ou seja, o processo de passagem do proletariado como classe determinada para classe autodeterminada. A classe operária é dominada, dirigida, explorada. Isto a impele a resistir e insubordinar-se. São várias as formas de resistência ao trabalho alienado: absenteísmo, desrespeito às regras impostas pelas empresas e pelo estado, insubordinação aos superiores, sabotagem, protestos etc. A greve, contudo, demonstra-se ser o meio de luta mais amplamente utilizado pela classe operária quando se põe em movimento.

As greves iniciam como “greves corporativas”, podem evoluir, no curso do processo histórico, para “greves interprofissionais”. À medida que se alastram, tendendo a atingir toda uma cidade, região, país tornam-se “greve geral”. Quando são greves em solidariedade ou então quando se faz greve não para reivindicar melhores condições de trabalho e salário, mas sim para exigir mudanças políticas (como uma lei, a ser votada no parlamento, por exemplo), a greve assume a forma de “greve política”. Quando os trabalhadores em greve decidem ocupar o local de produção, ou seja, a empresa, impedindo os fura-greves ou que a empresa retome às atividades, a greve assume uma forma mais radical, chamada “greve de ocupação”. Quando, no processo de ocupação, através de suas formas de auto-organização (comitês, comissões de fábricas, conselhos de fábrica etc.), os trabalhadores põem a fábrica a funcionar sob outras formas de organização e relações sociais, a negação da propriedade privada, bem como das relações de produção capitalistas está estabelecida em ato. Neste momento, as greves assumem

¹¹ Não temos condições de discutir a totalidade da obra do autor, nem é o objetivo do presente texto, mas um apanhado de sua produção pode ser encontrado nos seguintes links: o site Crítica Desapiedada: <http://criticadesapiedada.com.br/nildo-viana/>; o site do Movaut: <https://movaut.com.br/artigos-marxismo-autogestionario/>; o site oficial do autor: <https://nildoviana.com/>, bem como o blog Informe e Crítica mobilizado por Nildo Viana: <https://informecritica.blogspot.com/>.

¹² Também, mais de uma dezena de artigos analisando experiências concretas de luta proletária foram escritos pelo autor sobre a Comuna de Paris, as revoluções russa de 1905 e 1917, sobre a revolução alemã de 1919, a revolução espanhola de 1936 a 1939, o Maio de 1968 na França, a revolução dos Cravos de 1975 em Portugal, a revolução polonesa de 1980 etc. Sendo Viana (2018b) um dos textos teóricos mais importantes na abordagem das razões do inacabamento e derrota das experiências autogestionárias.

sua forma mais avançada, as “greves de ocupação ativa”. Isto ocorre em momento revolucionários.

Assim, na Comuna de Paris de 1871, estas greves de ocupação ativa ocorreram, embora ainda de maneira limitada), mas sobretudo nas revoluções russa de 1905 e 1917, nas quais os conselhos operários (*soviets*) apareceram mais claramente, a greve de ocupação ativa foi amplamente empregada nas cidades e regiões do país que passaram ao controle dos operários. Mas também foi verificável na revolução alemã (1918 a 1921), húngara (1919), apareceu novamente na guerra civil espanhola (1936 a 1939). Após a segunda guerra mundial, com a integração da classe operária (via estado de bem estar-social), houve grande redução do movimento grevista nos países imperialistas. Somente com a crise do final dos anos de 1960 que estas greves mais radicalizadas são retomadas pelos operários (passando por cima do poder dos sindicatos). O que é mais falado a respeito do movimento grevista deste período é exatamente o fato de os operários não obedecerem às ordens dos líderes sindicais, bem como as orientações dos representantes dos partidos políticos. Este tipo de greve, também chamada “greve selvagem”, abalou a organização das empresas durante vários anos na Europa. Isto culmina em alguns processos revolucionários importantes, tal como os já citados: Maio de 1968 na França, revolução portuguesa (1975), revolução polonesa (1980). Chegou também aos países de capitalismo subordinado, como Chile (1972), Brasil (1968 e depois as famosas greves de 1978 a 1982) etc.

Se o leitor estiver atento ao que estamos afirmando, terá percebido que a radicalização do movimento grevista (chegando às greves selvagens, greves de ocupação e de ocupação ativa) coincide com os momentos de desestabilização dos regimes de acumulação e o processo de transição de um para outro, ou seja, momentos de abalos no modo de produção capitalista. Nestes períodos de crise, geralmente abrem-se importantes brechas e é exatamente nestes momentos que a classe operária consegue se colocar no cenário político como classe independente, ou seja, autodeterminada. Ao impor suas formas de auto-organização (comitês de greve, comissões de fábrica, conselhos de bairros, conselhos de segurança (autodefesa), enfim, chegando a compor seus conselhos operários), isto os leva a intensificar o processo de autoformação e autoeducação, desenvolvendo sua consciência de classe. Esta é produto da luta e condição para seu avanço. Sem auto-organização e luta não ocorre autoformação. Sem autoformação no processo de luta, o movimento não se radicaliza e, portanto, não consegue sobrepor-se ao capital, ao estado, aos sindicatos, aos partidos políticos. Ou seja, é derrotado.

Portanto, no momento em que o atual regime de acumulação, o integral, entrar em crise (o que parece já está se desenhando, como apontamos anteriormente), se a classe operária e demais classes dominadas (campesinato, lumpemproletariado, serviçariado – trabalhadores do comércio e serviços em geral etc.) não se autonomizarem e desenvolverem processos de luta que são acordes aos interesses gerais da classe operária, o resultado será rearticulação da classe capitalista e do estado a fim de retomar a acumulação. E para isto, a classe capitalista já demonstrou que não tem pudores em empregar os piores métodos possíveis (fascismo, nazismo, guerra, ditaduras etc.). Ou seja, a luta da classe operária é condição para dias melhores. O projeto da classe capitalista não a interessa. Ela deve, pois, aparecer na cena política com seu próprio projeto: a autogestão social.

Tal como Marx e Engels (1987) fizeram no *Manifesto Comunista*, Viana (2008), em seu *Manifesto Autogestionário*, analisa o desenvolvimento da luta operária. No *Manifesto Comunista*, os autores alemães demonstram como a classe operária é produto direto do próprio modo de produção capitalista, mas paradoxalmente, é ela também a classe que colocará fim a este modo de produção e à sociedade burguesa dele derivada. Daí a frase célebre: “A burguesia produz seus próprios coveiros. Sua queda e a vitória do proletariado são igualmente inevitáveis” (MARX & ENGELS, 1987, p. 116). Da mesma forma, Viana (2008) analisa o desenvolvimento da luta proletária, mas agora tem à disposição toda a teoria de Marx, dos conselhistas, dos marxistas autogestionários, de todas as experiências históricas de revoluções proletárias do século XX etc. Todo este cabedal teórico e este laboratório de trabalho (as revoluções do século XX e as lutas já empreendidas no século XXI) são-lhe bastante úteis.

Acompanhando as discussões de Jensen (2001), identifica três fases no desenvolvimento da luta operária: *lutas espontâneas*, *lutas autônomas* e *lutas autogestionárias*. As *lutas espontâneas* são o cotidiano da vida proletária nos locais de trabalho. Manifesta-se no absentéismo, no mal uso das matérias primas e instrumentos de trabalho (desde que não seja coletivamente organizado), na desobediência individual aos superiores, no alcoolismo e drogadição (mecanismos de fuga) etc. Este é o cotidiano e é dentro deste estágio que os sindicatos, patrões e estado querem manter o descontentamento operário, pois aí, eles têm condições de manipular o descontentamento dentro dos limites convenientes.

Contudo, em determinados momentos, este descontentamento, vivido individualmente por todo proletário, é percebido coletivamente. As *lutas espontâneas* avançam para as *lutas autônomas*. Neste estágio, surge a assembleia, o piquete, o

rompimento com o sindicato é sempre perceptível, pois esta instituição quer fazer o trabalhador recuar ao nível primitivo de negação do trabalho alienado, pois é só nesta condição que ele pode ter o controle do movimento. Aparece o panfleto, o diálogo entre os pares, demanda-se a ação em comum. O descontentamento é elaborado discursivamente, há uma ampliação da percepção do processo de exploração (autoformação). Contudo, ainda neste estágio, não se ameaça a relação-capital, pois assim que são conseguidas as reivindicações (salário, condições de trabalho, direito a organização etc.), a tendência é o movimento arrefecer e desaparecer, para novamente ressurgir em outro momento. Aqui, já apareceram as formas de auto-organização, mas a consciência ainda não se desenvolveu ao ponto de almejar o novo, de abolir a propriedade capitalista, as relações de exploração, o estado etc.

É somente quando as *lutas autônomas* se radicalizam, tanto na organização, quanto na consciência (autoformação), que também os próprios objetivos vão se ampliando. Ao invés de somente se lutar por melhores salário, luta-se para abolir o salariedade, ao invés de se lutar por melhores condições de trabalho dentro do capitalismo, luta-se para abolir as relações de produção capitalistas, ao invés de somente ocupar fábrica e demais locais de trabalho, expropria-se os capitalistas etc. Neste momento, punhos (auto-organização), coração (desejo, projeto autogestionário) e cérebro (autoformação) se unificam e um momento revolucionário abala a normalidade capitalista. As *lutas autogestionárias* são, pois, a condição para que as revoluções proletárias se resolvam positivamente no interesse dos trabalhadores, ou seja, são o prelúdio da sociedade autogerida.

Viana encerra assim esta reflexão:

A fase das lutas autônomas é substituída por uma nova fase das lutas operárias, as lutas autogestionárias. *Esta fase marca um avanço na ação, que se torna mais radical; na consciência, que se torna revolucionária; e na auto-organização, que se desenvolve, criando a associação operária sob a forma de conselhos, comunas etc.* A hegemonia revolucionária do proletariado se expande por toda a sociedade e o objetivo de transformar radicalmente as relações sociais se consolida nas mentes dos indivíduos das classes exploradas. *A autogestão das lutas ocorre concomitantemente com a autogestão das fábricas, lojas, empresas, bairros, escolas etc.* A recusa do capital, do Estado, da burocracia partidária se torna uma realidade concreta (VIANA, 2008, p. 29) (grifos meus).

Ao resistir ao trabalho alienado, os trabalhadores vão:

(...) constituindo *formas de auto-organização* e ampliando suas reivindicações, gerando uma luta de classes que vai além do estabelecido. Os *comitês de greve* e outras formas organizacionais geram formas mais desenvolvidas de *luta, consciência e organização*, e, nesse processo não apenas pressionam com a greve (que significa não produção de mais-valor momentaneamente) como dificultam a reprodução da acumulação capitalista (suas reivindicações imediatas sendo atendidas diminuem a taxa de exploração, e não sendo, permanece a motivação da luta). Através do *movimento grevista* chegam a constituir *conselhos de fábricas, conselhos operários*, transformam a *greve de ocupação em greve de ocupação ativa* e ameaçam a produção capitalista através

da *Autogestão Social*. Esse processo, que pode apenas começar, é um obstáculo para acumulação capitalista e em determinados momentos históricos, quanto atinge a radicalidade (como ocorreu no final da década de 1910 e início dos anos de 1920, ou no final dos anos 1960), ameaçam a própria sobrevivência do modo de produção capitalista e *expressam a possibilidade real de constituição de uma nova forma de sociedade, pós-capitalista* (VIANA, 2012b, p.66/68) (grifos meus).

Punhos, coração, cérebro. Força, desejo e consciência. Auto-organização, projeto autogestionário, autoformação. Elementos unificados num processo de luta real, concreta. Sem isto, as lutas, por mais encarniçadas, violentas, massivas que sejam, tendem a desaparecer, arrefecer. Contudo, mais que isto, a contrarrevolução é uma força contrária que as classes conservadoras, ou seja, que querem manter esta sociedade, criam para barrar o processo revolucionário. A contrarrevolução é um processo social real, que expressa interesses de classe. *Historicamente, duas classes cumpriram este papel de barrar (pela hegemonia ou pela violência, mas geralmente as duas formas se combinam): a burguesia (a classe proprietária) e a burocracia* (a classe responsável pela gestão e direção das instituições).

A crítica da burocracia

Marx não abordou a contrarrevolução burocrática, exatamente porque este fenômeno não estava colocado em seu tempo. Contudo, a contrarrevolução burguesa foi amplamente estudada por ele. Isto pode ser visto, por exemplo, em seus textos sobre a revolução continental de 1848/49, como em alguns textos da *Nova Gazeta Renana* (MARX, 1989), abordando o desenrolar da revolução na Prússia e em algumas outras províncias alemãs, mas com maior nitidez em *As Lutas de Classe na França* (1848 a 1850) (MARX, s/d a). Também em seu magistral ensaio *A Guerra Civil Na França* (MARX, 1978), sobre a Comuna de Paris de 1871, tal questão é abordada.

A contrarrevolução burocrática já foi estudada pelos comunistas de conselhos, analisando o papel do partido social-democrata na Alemanha na revolução de 1919, bem como do bolchevismo na revolução russa de 1917. A estes autores foi possível perceber o significado que as instituições sindicais e partidárias cumprem dentro dos processos revolucionários, freando o desenvolvimento autônomo e independente da classe operária. Ao contrário dos discursos e palavreado pretensamente revolucionário de alguns partidos políticos e sindicatos, o que se verifica em sua prática é uma tentativa de submeter, e não desenvolver, o movimento operário. A social-democracia na Alemanha e o bolchevismo na Rússia (apesar do discurso mais radical deste em relação àquela) são

os principais importantes determinações para se compreender a derrota destas duas revoluções. Todo este processo permitiu aos conselhistas elaborar uma discussão sobre a contrarrevolução burocrática¹³.

Contudo, ainda não há uma teoria da classe burocrática presente nestes autores, embora, importantes elementos já estejam ali sedimentados. É subindo nos ombros destes gigantes e de outros autores, bem como observando o desenvolvimento concreto da classe burocrática na sociedade capitalista, que Viana elabora uma teoria da classe burocrática, e por isto conseguiu ver mais longe o significado da contrarrevolução burocrática no capitalismo contemporâneo. Assim, a classe operária autodeterminada, ou seja, auto-organizada, já transitando das lutas autônomas para as lutas autogestionárias, tem dois grandes inimigos a serem combatidos: a) a classe capitalista e seu estado; b) a burocracia (partidária, sindical, empresarial e estatal).

Para Viana (2012), uma classe social se define por três elementos interrelacionados: a) modo de atividade comum derivado da posição na divisão social do trabalho; b) modo de vida comum, que gera representações, valores também comuns; c) interesses, que geram aliança ou luta com outras classes. Assim, ele percebe a burocracia como classe social, pois esta: a) ocupa uma determinada posição na divisão social do trabalho caracterizada pelo processo de direção e controle das instituições; b) este modo de atividade derivado de sua posição na divisão social do trabalho gera um modo de vida comum e isto lhe cria valores (defesa da obediência, ordem, hierarquia, conformidade etc.), bem como representações e formas de consciência comuns, que remetem a estas questões: disciplina, ordem, controle, poder, respeito às leis e regulamentações etc.; c) devido seu modo de atividade, a burocracia é uma classe auxiliar da burguesia, assim, tende a se submeter e se aliar a esta (mas pontualmente pode também conflitar com ela) e entra em conflitos com outras classes, principalmente as desprivilegiadas (proletariado, campesinato, lumpemproletariado etc.), mas também a outras classes auxiliares, como a intelectualidade, por exemplo.

Após longa discussão sobre o significado político desta classe social, que no tempo de Marx era muito restrita (estado e empresas), torna-se no século XX uma importante classe social, pois é parte integrante das lutas de classes típicas do capitalismo. Seu significado ganha mais amplitude, sobretudo a partir do regime de acumulação conjugado, com a burocratização cada vez mais extensa da sociedade civil

¹³ Para uma discussão sobre o significado dos partidos, sindicatos, das ideologias bolchevique e social-democrata, em sua luta contra os trabalhadores, pode-se conferir: Pannekoek (1977), Korsch, 1979), Grupo de Comunistas Internacionalistas da Holanda (1976) entre outros.

(corporações transnacionais, partidos políticos, sindicatos), além da ampliação dos aparatos do estado (escolas, universidades, exército etc.) e isto permanece e se estende no regime de acumulação integral, como, por exemplo, com o surgimento do chamado Terceiro Setor (ONG's), que amplia ainda mais esta burocracia civil. A classe operária e demais classes inferiores terão de lidar com esta classe em seu processo de luta, pois, como argumenta Viana:

Ela se constitui, no fundo, a grande ameaça para o proletariado e a emancipação humana, devido sua possibilidade de usurpar revoluções proletárias ou proporcionar novo fôlego para o capitalismo, ou, ainda, instituir uma nova forma de dominação de classe (VIANA, 2012, p. 256).

Pois, como afirma no já citado *Manifesto Autogestionário*:

A burocracia pode promover uma contrarrevolução atuando “por cima” (a burocracia estatal utilizando a repressão, a cooptação e outros mecanismos inibidores da ação revolucionária do proletariado) ou “por baixo” (os baixos extratos da burocracia, mais radical e próxima do proletariado, que é gerada por partidos, sindicatos etc.) ao buscar dirigir o proletariado para tomar o poder estatal (VIANA, 2008, p. 27).

A burocracia como classe social (com seus interesses, modo de vida, mentalidade) e a partir das organizações nas quais ela se realiza (estado e seus aparatos, empresas, partidos, sindicatos, ONG's etc.) são um empecilho poderoso contra o proletariado em vias de se autonomizar. A burocracia, devido seu poder na sociedade contemporânea, estende seu *modus operandi* para o conjunto da sociedade, ao ponto de tornar “natural” o modo burocrático de se organizar. Assim, as organizações burocráticas (ditas operárias, dos trabalhadores, de esquerda, revolucionárias etc.) tendem a solapar as lutas autônomas e autogestionárias por baixo. O estado com seus aparatos e os altos extratos da burocracia solapam estas lutas por cima, através da cooptação e da repressão. Deste modo, nas lutas que se avizinham no horizonte, o proletariado (e demais classes inferiores) tem que ter clareza quanto aos seus inimigos de classe: contemporaneamente, a burocracia é um deles.

Autogestão e ideologia

Para discutirmos a importância do projeto autogestionário, a concretização da revolução autogestionária, ou seja, a sociedade autogerida (também denominada comunista, anarquista, socialista etc.), é necessário entendermos antes o que a autogestão não é. Como já afirmei, o termo foi apropriado por diversas correntes políticas, que expressam, na verdade, classes sociais distintas da classe operária. Ou seja, a luta de classes está também presente nas representações, na consciência, na cultura. Inclusive

no uso dos termos e palavras específicas. A palavra autogestão hoje é disputada por diferentes classes.

Guillerm & Bourdet, os primeiros a se dedicarem a uma distinção e precisão conceitual sobre o termo autogestão, afirmam: “(...) a generalização e mesmo o abuso da palavra ‘autogestão’ tornam necessária uma definição rigorosa” (GUILLERM & BOURDET, 1976, p. 19). Por questão de espaço e foco deste artigo, não temos condições de desenvolver a discussão destes autores a respeito do tema (embora será marginalmente apresentada mais à frente), mas somente registrar que eles distinguem autogestão de “participação”, “cogestão”, “controle operário” e “cooperativas”.

A partir destas distinções, Viana (2014) realiza a crítica das várias apropriações ideológicas do termo autogestão. O interessante de seu texto é a demonstração que faz dos procedimentos ideológicos que permitem tornar uma palavra que expressa um conteúdo revolucionário se tornar algo parte e submetido ao capital e ao estado. Os procedimentos são: a) destotalização; b) despolitização. A destotalização é a retirada do termo do contexto histórico e social do qual emerge e a despolitização é a tentativa de torná-lo algo neutro, mera técnica, forma de gestão, como se ele não tivesse nada a ver com capital, estado, lutas operárias, revolução etc.

A partir daí, Viana (2014) afirma que é equivocado o uso do termo autogestão como sendo equivalente de “democracia direta”, “mera forma de gestão de empresas”, mesmo que sejam as conhecidas “fábricas recuperadas”. Da mesma feita, é absurdo torná-lo sinônimo de cooperativismo, tal como faz a ideologia da “economia solidária”, lembrando que esta afirma-se ser uma alternativa ao capitalismo ainda dentro do capitalismo. Todas estas ideologias, mesmo ditas por anarquistas, autonomistas ou pessoas bem intencionadas não passam de deformações da ideia de autogestão, pois retiram o central, ou seja, que a autogestão corresponde a outra forma de sociedade, na qual a população autogere a produção e o conjunto da vida social. É totalizante, pois implica numa transformação radical e global da sociedade capitalista para um outro tipo de sociedade. Portanto, não pode ser algo dentro do capitalismo.

Certamente surge em seu interior e de suas contradições, mas não é parte dele, é sua negação. Não é seu desenvolvimento, mas sua abolição. Ou seja, não é o trabalhador participar dos lucros ou discussões da empresa (“participação”), não é realizar “cogestão” das empresas com os patrões ou o estado, nem muito menos significa os trabalhadores controlarem a produção (“controle operário”), de maneira isolada e local, como nas fábricas recuperadas. Nem é também o desenvolvimento do modo de produção cooperativo, tal como pensado pelos ideólogos da economia solidária, ou como eles

denominam, um modo de produção intersticial, que vive nas bordas do capitalismo, mas que pode se desenvolver e a partir daí, criar condições para abolir o próprio modo de produção capitalista. Tudo isto é equívoco e ideologização da ideia de autogestão.

Segundo Viana:

A autogestão como processo de domínio coletivo dos seres humanos associados sobre o seu destino e o processo de produção e do conjunto das relações sociais, é totalizante, mas se inicia na luta, na negação do capitalismo e afirmação de si, que é afirmação da auto-organização e autoformação. Não é no mercado e com propriedades, pequenas ou não, supostamente coletivas ou não, que a autogestão se coloca como possibilidade. A sua possibilidade pressupõe a superação do capitalismo e esta não é feita por concorrentes (sejam pequenos empresários ou cooperativas) e sim por dentro, *pelo próprio proletariado que é explorado e pode destruir as relações de produção capitalistas e construir as relações de produção comunistas e isso pode se iniciar nas fábricas, empresas, lojas, mas tem que se generalizar para toda a sociedade, não apenas no campo da produção, mas também em todas as formas sociais (abolindo o Estado, o mercado, o dinheiro, gerando novas relações sociais de produção do saber, etc., todos sob o signo da autogestão)* (VIANA, 2014, p. 208) (grifos meus).

O projeto autogestionário: a percepção da sociedade autogerida

Chegamos ao fim de nossa caminhada. A autogestão social realizada, ou seja, a sociedade autogerida. Marx sempre se esquivou de descrever a sociedade futura para afastar-se do velho “socialismo utópico”, que descrevia no detalhe o funcionamento da sociedade socialista. As críticas de Marx a este procedimento são abundantes em sua obra. Contudo, em vários momentos ele faz apontamentos de como esta sociedade funcionaria, por exemplo, nos *Manuscritos de Paris*, *Ideologia Alemã*, *Manifesto Comunista*, na *Crítica ao Programa de Gotha*, em *A Guerra Civil na França*, bem como em vários momentos em *O Capital*, nos *Grundrisse* etc.

Os comunistas de conselhos mantem o mesmo procedimento de dedicar a maior parte de sua produção à crítica do capitalismo, do estado, dos partidos, sindicatos, das ideologias etc. Contudo, dedicam muito mais espaço à análise das relações de produção numa sociedade pós-capitalista, tal como se pode ver em Pannekoek (1977), Rühle (1975), Korsch (1980) etc. O grupo de Comunistas Internacionalistas da Holanda produziu uma obra coletiva na qual apontam exatamente para este aspecto, intitulada *Princípios Fundamentais do Modo de Produção e Circulação Comunista* etc. Também obras dos marxistas autogestionários, como, por exemplo, *Autogestão: uma mudança radical* (GUILLERM & BOURDET, 1976). Além destas obras teóricas, também a análise das revoluções proletárias, às quais os livros citados analisam frequentemente, são

importantes fontes de inspiração para se pensar a futura sociedade autogerida¹⁴. Há, portanto, inúmeros aportes para se delinear apontamentos sobre as características desta sociedade, emergida dos escombros do capitalismo. Ou seja, trata-se de se pensar a sociedade autogerida sem cair no utopismo. Isto é necessário, pois serve de suporte à luta concreta do proletariado, ajuda a evitar cair nos enganos do capitalismo reformado (o dito socialismo real, cooperativismo etc.).

Nildo Viana, no seu já citado *Manifesto Autogestionário* dedica o último capítulo do livro ao estudo exatamente da sociedade autogerida. Para ele,

A autogestão surge no processo de produção e deve se expandir para todas as outras esferas da vida social abolindo tanto o mercado (“lei do valor”) quanto o Estado. A autogestão é, assim, uma relação de produção e não como nas ideologias burguesas, mera forma de gestão de empresas, ou simplesmente democracia direta. As organizações que realizarão a substituição dos organismos do Estado capitalista surgidos do próprio processo revolucionário, tais como os conselhos de fábrica, conselhos de bairro etc., formando a base dos conselhos revolucionários que serão responsáveis pela autogestão social (VIANA, 2008, p. 78).

Trata-se, portanto, de um processo totalizante de abolição do modo de produção capitalista e instauração de um outro modo de produção, fundado na autogestão da produção e do conjunto das relações sociais (educação, cultura, lazer, demais serviços essenciais à vida como saúde, transporte etc.). Tal revolucionamento implica na abolição da propriedade privada dos meios de produção (terras, fábricas, minas etc.), da divisão social do trabalho (manual X intelectual, urbano X rural, proprietário X não-proprietário, trabalhadores X não-trabalhadores etc.). Este revolucionamento no modo de produção implicará em que:

Todos os indivíduos executam diversas atividades, entre as quais as que são componentes das necessidades coletivas, realizando o trabalho socialmente necessário (distribuição, transporte coletivo, serviço de saúde, produção industrial etc.) quanto das necessidades comunais (consumo, lazer etc.) e individuais (desenvolvimento da criatividade, lazer etc.), realizando o trabalho autônomo (VIANA, 2008, p. 81).

A produção não obedece mais à dinâmica da acumulação de capital. Outros objetivos sociais são desenvolvidos, entre os quais a satisfação das necessidades humanas e a partir daí a decisão do que, como, quando, em que quantidade etc. não é mais definido

¹⁴ Viana (2014) aponta dois procedimentos para se discutir esta futura sociedade autogerida: a) vislumbre racional, que consiste em propor formas pelas quais esta sociedade se organizaria (sem entrar em detalhes) a partir da negação de elementos do presente. Por exemplo, Marx propôs em *O Capital* e na *Crítica do Programa de Gotha* a substituição do dinheiro por vales de papel ou bônus, o que realmente se efetivou, por exemplo, na Guerra Civil Espanhola de 1936 a 1939; b) análise das experiências históricas da classe operária, ou seja, a partir das realizações práticas que esta classe crias em sua luta, pensa-se elementos que poderiam ser aproveitados e desenvolvidos na sociedade autogerida. Por exemplo, os conselhos operários surgem da luta do proletariado contra o capital. Contudo, eles se configuram também como embrião e princípio de organização da futura sociedade.

por um corpo estranho aos produtores (capital, estado), mas sim pelos próprios trabalhadores (que é o conjunto da população, pois o trabalho produtivo não é mais uma especialização de classe), decidindo coletivamente em seus organismos coletivos (conselhos de fábrica etc.). Daí deriva também que a distribuição dos bens produzidos é igualitária. A coletividade deverá criar um fundo de reserva, que servirá de proteção social aos que não podem trabalhar (crianças, idosos, doentes etc.), de modo que todos tenham acesso aos bens produzidos. Ao invés da competição entre países (que deixarão de existir enquanto estados-nacionais), há a colaboração entre territórios, podendo o excedente de um ser enviado ou permutado com outro etc. Assim: “A distribuição comunal é feita através da decisão coletiva na comuna, mas a partir de certo estágio de desenvolvimento, a tendência é ter um setor no interior da comuna, um armazém coletivo, no qual se pode usufruir sem necessidade de consulta” (VIANA, 2008, p. 82).

Mas o revolucionamento não ocorre somente ao nível da produção e distribuição dos bens materiais. É uma transformação total que atinge as formas de regularização das relações sociais. No capitalismo, o modo de produção condiciona formas específicas de regularização (estado, relações jurídicas, formas de consciência, valores, sentimentos etc.) que ao mesmo tempo que são produtos, também reforçam o próprio modo de produção. No modo de produção comunista, fundado na autogestão das relações de produção, ocorre também uma generalização deste princípio e novas formas de regularização se estabelecem. Na verdade, a separação (rígida no capitalismo) entre modo de produção e formas de regularização, é na sociedade autogerida “apenas uma linha imaginária, pois a produção de bens materiais passa a ser um processo cotidiano inseparável das demais atividades humanas” (VIANA, 2008, p. 83).

As atividades de educação, produção intelectual mais profunda (teoria), produção tecnológica, artística etc. se desenvolvem dentro dos princípios da autogestão: decisão coletiva, liberdade, realização das demandas sociais e necessidades e potencialidades individuais etc. Estes princípios se realizam em formas organizacionais, cujos esboços já se apresentam no processo revolucionário (conselhos de fábrica, conselhos de bairro, conselhos operários, comunas etc.), que com a vitória da revolução tendem a se aperfeiçoar, bem como novas formas devem surgir, mas já sob as bases da autogestão generalizada. Com o fim do estado e demais instituições capitalistas,

(...) as leis, imposições morais são substituídas pela ética humanista que se generaliza e se torna consensual. Os conflitos individuais e coletivos são resolvidos no contexto da autogestão social das relações sociais concretas e da nova cultura e ética estabelecidas (VIANA, 2008, p. 84).

Todas estas transformações ao nível do modo de produção e das formas de regularização implicarão em mudanças radicais nas relações entre os sexos, raças, etnias, culturas etc., sendo os princípios da igualdade, liberdade, decisão coletiva as bases de mutações radicais nas formas de consciência, de ver e se relacionar com o outro, com a natureza, nos valores, nos sentimentos etc. Ou seja, um novo ser humano nasce na criação desta nova forma de sociedade.

Como se vê, contrariamente ao que afirmam as ideologias burguesas ao criticarem o comunismo, de que ele significa o esmagamento do indivíduo em nome da coletividade (que para eles é o estado), concretamente, o que se percebe no comunismo, ou seja, na autogestão social, é a realização plena do indivíduo, pois inserido em relações sociais que são humanizadas. Assim, a passagem de uma sociedade desumanizada (capitalista) para uma sociedade humanizada (autogerida) (VIANA, 2012b) permitiria:

(...) a superação da alienação e o reencontro entre o ser humano e sua essência, podendo desenvolver o conjunto de suas potencialidades e necessidades humanas, abandonar a especialização e possuir um desenvolvimento onilateral, isto é, de todas as suas potencialidades (VIANA, 2016a, p. 448).

Considerações finais

A obra de Nildo Viana é ampla, envolvendo inúmeros temas e áreas do conhecimento. A perspectiva do proletariado perpassa toda sua produção e a autogestão social nada mais é do que a conclusão histórica da luta do proletariado. Assim, a autogestão como projeto é na verdade o ponto de partida, o eixo, a seiva que alimenta toda a estrutura de seu pensamento. Nosso texto pretendeu unicamente apresentar os elementos constituintes deste projeto. Inúmeras coisas não puderam ser analisadas, outras somente pontuadas e algumas mais satisfatoriamente desenvolvidas.

Por ser ainda uma obra em elaboração e devido à grande atividade produtiva do autor, certamente vários temas aqui abordados terão desenvolvimentos futuros. Portanto, ao demonstrar onde o autor se insere (marxismo autogestionário), apresentar sua teoria do capitalismo (modo de produção, regimes de acumulação, luta de classes) e como isto desemboca num processo revolucionário (autogestão das lutas como condição para a autogestão social), acreditamos ter colocado o cerne de sua teoria da autogestão social (a sociedade pós-capitalista). Da mesma feita, ao demonstrar que este projeto de realização humana é obstado (pelo capital e pela burocracia), patenteamos a necessidade de luta para sua realização. Esta luta é inclusive no campo cultural, por isto a demanda

urgente de se criticar todas as apropriações ideológicas do termo autogestão (democracia direta, empresas recuperadas, participação, cooperativismo, economia solidária etc.). isto tudo para concluirmos que a autogestão só pode ser autogestão social, ou seja, do conjunto de toda a sociedade. É a instauração de um novo modo de produção que permite a edificação de uma nova sociedade, a sociedade autogerida, portanto, de um novo ser humano.

La teoría de la Autogestión Social en Nildo Viana

Resumen: Este texto discute el concepto de autogestión social desarrollado por Nildo Viana. Con este fin, se llevó a cabo un análisis de los libros y artículos del autor que abordan directamente este asunto. El estudio del material tenía como objetivos: a) identificar el proceso de engendrar la autogestión social a través de la autogestión de las luchas proletarias; b) identificar cómo su teoría de la autogestión está entrelazada con su teoría del capitalismo; c) analizar los procesos que dificultan el establecimiento de la autogestión; d) criticar las apropiaciones ideológicas del término autogestión; e) señalar los elementos generales estructuradores de la sociedad autogestionada.

Palabras-clave: Autogestión Social. Marxismo. Autogestionario. Nildo Viana.

The theory of Social Self-Management in Nildo Viana

Abstract: This text discusses the concept of Social Self-Management as developed by Nildo Viana. An analysis was carried out on the author's books and articles that directly address this matter. The study of the material had as objectives: a) to identify the process of engendering Social Self-Management through the self-management of proletarian struggles; b) identify how his theory of self-management is intertwined with his theory of capitalism; c) analyze the processes that hinder the establishment of Self-Management; d) criticize the ideological appropriations of the term Self-management; e) point out the general structuring elements of the self-managed society.

Keywords: Social Self-Management. Self-managing. Marxism. Nildo Viana.

Referências

ARVON, Henri. **La autogestión**. México/DF: Fondo Cultura Económica, 1982.

BOURDET, Yvon. **Karl Marx y la autogestión**. In: GERRATANA, Valentino (et al.). *Consejos obreros y democracia socialista*. Córdoba: Passado y Presente, 1972.

FOA, Lisa. **Los soviets e octubre**. In: GERRATANA, Valentino (et al.). *Consejos obreros y democracia socialista*. Córdoba: Passado y Presente, 1972.

GUILLERM, Alain & BOURDET, Yvon. **Autogestão: uma mudança radical**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

MAIA, Lucas. A concepção marxista de autogestão. In: VIANA, Nildo (org.). **O marxismo autogestionário**. Goiânia: Edições Redelp, 2020.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro I. Tomo I. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

- _____. **O Capital**. Livro I. Tomo II. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- _____. **O Capital**. Livro III. Tomo I. São Paulo: Abril Cultural, 1984a.
- _____. **Manuscritos Econômico-filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1993.
- _____. **La guerra civil en Francia**. Pekin: Ediciones Lenguas extranjeras, 1978.
- KARL Marx & ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. V. 1. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1976.
- _____ & _____. **Cartas filosóficas & O manifesto comunista de 1848**. São Paulo: Editora Moraes, 1987.
- MATTICK, Paul. **Marx y Keynes: los limites de la economia mixta**. México/DF: Era, 1975.
- KORSCH, Karl. **Sobre la teoria y la practica de los marxistas**. Salamanca: Ágora, 1979.
- _____. **Lucha de classes y derecho del trabajo**. Barcelona: Ariel, 1980.
- LEFEBVRE, Henri. **A Vida Cotidiana no Mundo Moderno**. São Paulo: Ática, 1991.
- PANNEKOEK, Anton. **Los consejos obreros**. Madrid: Zero, 1977.
- RÜHLE, Otto. **Da revolução burguesa à revolução proletária**. Porto: Publicações Escorpião, 1975.
- STALIN. **Materialismo dialético e materialismo histórico**. Rio de Janeiro: Global, 1985.
- TRAGTENBERG, Maurício. Reflexões sobre o socialismo. São Paulo: Moderna, 1986.
- _____. **Capitalismo no século XX**. São Paulo: Unesp, 2010.
- VIANA, Nildo. **Estado, Democracia e Cidadania: a Dinâmica da Política Institucional do Capitalismo**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2003.
- _____. **Os Valores na Sociedade Moderna**. Brasília: Thesaurus, 2007.
- _____. **A consciência da história: ensaios sobre o materialismo histórico-dialético**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2007a.
- _____. **Escritos metodológicos de Marx**. Goiânia: Alternativa, 2007b.
- _____. **Manifesto autogestionário**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2008.
- _____. **O capitalismo na era da acumulação integral**. São Paulo: Ideias & letras, 2009.

_____. **Pannekoek: das organizações burocráticas à auto-organização.** In: PANNEKOEK, Anton. Partidos, sindicatos e conselhos operários. Rio de Janeiro: Rizoma, 2011.

_____. **A teoria das classes em Karl Marx.** Florianópolis: Bookees, 2012.

_____. **Karl Korsch e a concepção materialista da história.** Florianópolis: Bookees, 2012a.

_____. **Da sociedade desumanizada à humanização da sociedade.** Florianópolis: Bookees, 2012b.

_____. Autogestão: o signo e o ser. **Revista Enfrentamento.** Goiânia: ano 8, N. 14, jul/dez. 2013.

_____. Autogestão e ideologia. **Revista Marxismo e Autogestão.** Ano 1. N.2. jul/dez, 2014.

_____. **A questão da organização revolucionária.** Rio de Janeiro: Rizoma, 2014a.

_____. **Estado, democracia e cidadania: a dinâmica da política institucional no capitalismo.** 2ª edição. Rio de Janeiro: Rizoma, 2015.

_____. **A pesquisa em representações cotidianas.** São Paulo: Chiado Editora, 2015a.

_____. **A mercantilização das relações sociais: modo de produção capitalista e formas sociais burguesas.** Rio de Janeiro: ArEditora, 2016.

_____. **Karl Marx: a crítica desapiedada do existente.** Florianópolis: Bookess, 2016a.

_____. **O modo de pensar burguês.** Curitiba: CRV, 2018.

_____. O que são experiências autogestionárias. In: CUNHA, E. P. & FERRAZ, D. L. (orgs.). **Crítica marxista da administração.** Rio de Janeiro: Rizoma, 2018b.

_____. **Hegemonia burguesa e renovações hegemônicas.** Curitiba: CRV, 2019.

_____. (org.). **O marxismo autogestionário.** Goiânia: Edições Redelp, 2020.

Sobre o autor

Lucas Maia – É graduado mestre e doutor em Geografia, pós-doutorando em Sociologia e professor do Instituto Federal de Goiás, Campus Aparecida de Goiânia.

Recebido para avaliação em maio de 2020

Aceito para publicação em outubro de 2020